

Doentes renais podem ficar sem tratamento

Cleia Martins

Os doentes renais crônicos podem ficar sem tratamentos dialíticos realizados nos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de hoje, centros de diálises de todo o País começam a suspender os atendimentos e dentro de 60 dias cerca de 20 mil pacientes não terão tratamento. A decisão foi tomada ontem pela Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantes (ABCDT), com base na grave situação financeira dos centros que começam a falir, pois o SUS não repassa recursos suficientes para pagamento das despesas.

Segundo o presidente da ABCDT, João Carlos Biernat, um paciente de insuficiência renal crônica, que precisa fazer diálises periodicamente, sem a qual não sobrevive, custa em média, por mês, cem dólares. O SUS repassa para os hospitais 45 dólares, provocando o endividamento das empresas que prestam serviços e "criando uma situação insustentável". A suspensão dos tratamentos vai começar por São Paulo. Até o dia 28, três centros suspenderão o atendimento de cerca de 150 pacientes.

O proprietário da Nefroclin Clínica Médica, de São José dos Campos (SP), José Amsterdam Vasconcelos, informou que não tem mais condições de prestar serviços para o SUS nessas condições.

As projeções da ABCDT indicam que no Brasil existem 35 mil pacientes renais crônicos em tratamento dialítico em cerca de 400 centros. A maioria dos centros - 94 - está concentrada em São Paulo. As entidades ligadas à ABCDT são responsáveis pelo atendimento de 60 por cento do total de doentes no País. A suspensão total até o final de abril provocará uma situação caótica e a associação vai responsabilizar judicialmente as autoridades governamentais. Sem a recomposição da defasagem, com pagamentos em dia, os centros vão fechar. "De um lado, o governo diz que não tem condições de pagar, e, do outro, os centros estão falindo. O primeiro doente que morrer em São José dos Campos vou responsabilizar o ministro Fernando Henrique Cardoso", avisou José Amsterdam Vasconcelos. Sem tratamento, os pacientes sobrevivem no máximo uma semana.

Governo reconhece gravidade

O secretário de Assistência à Saúde, Gilson Carvalho, reconheceu que a situação dos centros de diálises é crítica, mas informou que o Ministério da Saúde não dispõe de recursos para revertê-la. Ele acrescentou que o exemplo dos tratamentos de diálises valerá para todos os setores da

Saúde, caso não sejam direcionadas mais verbas orçamentárias para este ano. Sem recursos suficientes, os pagamentos aos prestadores de serviço, segundo Gilson Carvalho, são defasados e os valores não cobrem as despesas.

A insuficiência renal crônica atinge os indivíduos que perdem as atividades dos dois rins, levando-os a depender dos tratamentos para sobreviverem. Existem três tipos de diálises, a peritoneal intermitente (DPI), a peri-

toneal ambulatorial contínua (CAOD) e a Hemodiálise (HD). A maior parte do material utilizado nas diálises é específico e alguns componentes são importados. A indústria fornece o prazo máximo para pagamento de 28 dias. Já o SUS paga 75 dias após a prestação do serviço sem correção monetária, segundo dados fornecidos pela ABCDT.

Para a continuidade dos serviços, a ABCDT exige o pagamento no prazo de 15 dias, contados a partir da entrega das faturas, realizada no mês subsequente ao tratamento prestado. Os valores precisam ser atualizados

monetariamente e os reajustes devem acompanhar os preços de mercado. Os reajustes, inclusive, já foram reconhecidos pela Justiça Federal, através de ação cautelar.

O quadro é crítico, mas o ministério não tem recursos para reverter-lo

